



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

INTERPELAÇÃO ESCRITA

Apelo à continuidade das medidas benéficas à população para o próximo ano, ajudando os cidadãos a ultrapassar as dificuldades para a chegada da recuperação

Há dias, foi lançada oficialmente a “segunda medida de apoio generalizado de 10 mil milhões de patacas”, a qual mereceu a atenção da sociedade, tendo o Governo aceiteado algumas sugestões apresentadas pela sociedade e por mim, e adoptou a forma de subvenção de subsistência no valor de 8000 patacas para o “plano de consumo electrónico”. A referida medida visa aliviar a pressão económica dos residentes sob a epidemia e impulsionar a procura interna, o que merece o nosso reconhecimento. No entanto, a longa duração da epidemia já causou impactos estruturais na economia e no ambiente de emprego de Macau e, além disso, outros factores, tais como a instabilidade económica e política a nível mundial, contribuíram também para a alteração das condições económicas externas. Por conseguinte, Macau está a enfrentar os problemas da inflação e do aumento da pressão da subida das taxas de juro, enquanto os rendimentos de muitos diminuíram e os custos do dia-a-dia e as despesas fixas, como a de amortização do imóvel, continuam a aumentar. Pode-se, por isso, imaginar a pressão que estes indivíduos enfrentam na sua vida. Embora a atribuição do “subsídio de vida para aliviar o impacto negativo da epidemia” em finais de Outubro possa resolver as necessidades prementes da população a curto prazo, antes da retoma efectiva da economia, o Governo deve ter em conta a situação real da sociedade e dos cidadãos, e prestar apoio atempado à população no combate à epidemia.



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

Considerando que o Governo da RAEM está de momento a elaborar as Linhas de Acção Governativa para o próximo ano, e que a economia e o mercado de emprego de Macau ainda não estão optimistas, a recuperação da economia e do turismo continua a ser lenta. Em relação às medidas favoráveis à população que já passaram a fazer parte do orçamento familiar fixo dos residentes, como a comparticipação pecuniária, assim como os vales de saúde e a restituição do imposto profissional, etc., a população espera ansiosa que sejam mantidas no próximo ano. Por outro lado, após a injeção efectuada pelo Governo do montante de verba necessário para o subsídio de vida à população, da “segunda verba de 10 mil milhões de patacas” restam ainda cerca de 4,1 mil milhões para a implementação de medidas de apoio generalizado à população, num momento em que a primeira verba de 10 mil milhões já está sendo utilizada na atribuição de apoios específicos. Assim sendo, como utilizar da melhor forma o que resta da verba dos 20 mil milhões de patacas para o apoio atempado e específico ao trabalho de combate à epidemia e aos residentes necessitados, é uma questão que está a merecer a atenção da sociedade.

Nestes termos, interpelo o Governo sobre o seguinte:

1. Face ao constante aumento da pressão de vida dos residentes, as autoridades vão continuar no próximo ano com o Plano de Comparticipação Pecuniária, os vales de saúde e a devolução do imposto profissional, entre outras medidas benéficas à população, e também divulgar, com a maior brevidade possível, essas medidas, por forma reduzir a preocupação da população com o futuro e aumentar a sua confiança no combate permanente à epidemia?



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

2. Quanto às duas verbas que totalizam 20 mil milhões de patacas, o Governo afirmou que os restantes 4,1 mil milhões seriam utilizados neste ano para os trabalhos de prevenção e combate à epidemia, bem como para revitalizar a economia e responder rapidamente às situações de emergência. Mas a sociedade tem opiniões diferentes sobre isto. Assim sendo, o Governo vai definir, quanto antes, o respectivo plano e, em tempo oportuno, apresentar à sociedade a forma concreta de utilização daquele montante?

3. Tendo em conta a supracitada questão, deve ainda ser criado um apoio financeiro para os trabalhadores e empregadores afectados pela suspensão das actividades devido à epidemia, e que não conseguem requerer os apoios atribuídos no âmbito da “primeira verba de 10 mil milhões”. Assim, o Governo vai proceder a um estudo sobre a possibilidade de criação desse “subsídio por suspensão temporária e obrigatória de actividades”, para atenuar as dificuldades de exploração e de sobrevivência dos referidos trabalhadores e empregadores?

30 de Setembro de 2022

A Deputada à Assembleia Legislativa da RAEM,

Wong Kit Cheng